

ENTRE ENSINO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE: UMA INVESTIGAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

*Between teaching and education in health: an archival
investigation of postgraduate training*

*Entre docencia y educación en salud: una investigación
archivística sobre la formación de posgrado*

Lucas Vieira¹

RESUMO

Este artigo problematiza a emergência e a consolidação dos significantes “Ensino na saúde” e “Educação na saúde” como operadores discursivos que atravessam a formação de profissionais da saúde no Brasil. A partir de um gesto arquivístico, sustentado na companhia de Michel Foucault, o estudo analisa como os programas de pós-graduação *stricto sensu* vinculados à CAPES, localizados nas áreas de Ensino e Educação, organizam-se institucionalmente de forma a produzir uma cisão entre saber técnico-pedagógico e saber crítico-formativo. O *corpus* analisado compreende os dados da Plataforma da CAPES. Os resultados indicam que a criação da área de Ensino, em 2011, funcionou como um dispositivo de governamentalidade que opera a regulação dos saberes e das condutas pedagógicas no campo da saúde. Conclui-se que tal partilha produz efeitos na constituição de sujeitos docentes e nos modos de legitimação do conhecimento, tensionando os limites da crítica nas políticas públicas de formação.

Palavras-chave: Educação. Governamentalidade. Ensino.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Ensino nas Ciências da Saúde pelas Faculdades Pequeno Príncipe. Médico pela Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, Rio Grande do Sul

Autor de Correspondência:

*Lucas Vieira. E-mail: lucas.vieira@universo.univates.br

ABSTRACT

This article problematizes the emergence and consolidation of the signifiers “Teaching in Health” and “Education in Health” as discursive operators that permeate the training of health professionals in Brazil. Based on an archival investigation, supported by Michel Foucault, the study analyzes how CAPES-linked, graduate programs in “Teaching” and “Education” in health organized institutional rationalities that split technical-pedagogical and critical-formative knowledge. The corpus analyzed includes data from the CAPES Platform. The results indicate that the creation of the Teaching area in 2011 functioned as a governmentality device that operates the regulation of knowledge and pedagogical conduct in the health field. This partition produces effects on the constitution of teaching subjects and on the modes of legitimization of knowledge, straining the limits of criticism in public training policies.

Keywords: Education. Governmentality. Teaching.

RESUMEN

Este artículo problematiza la emergencia y la consolidación de los significantes “Docencia en salud” y “Educación en salud” como operadores discursivos que atraviesan la formación de profesionales de la salud en Brasil. A partir de una investigación archivística, a la luz de Michel Foucault, el estudio analiza cómo los programas de posgrado *stricto sensu* vinculados a la CAPES, ubicados en las áreas de Docencia y Educación, se organizan institucionalmente de modo tal que producen una escisión entre saber técnico-pedagógico y saber crítico-formativo. El corpus analizado comprende los datos de la Plataforma CAPES. Los resultados indican que la creación del área de Docencia, en 2011, funcionó como un dispositivo de gubernamentalidad que opera la regulación de los saberes y de las conductas pedagógicas en el campo de la salud. Se concluye que tal partición produce efectos en la constitución de sujetos docentes y en los modos de legitimación del conocimiento, tensionando los límites de la crítica en las políticas públicas de formación.

Palabras clave: Educación. Gubernamentalidad. Enseñanza.

INTRODUÇÃO

A aparente sinonímia entre os termos "Ensino" e "Educação" na saúde sustenta uma política de formação profissional com efeitos profundos e, no entanto, frequentemente subteorizada na literatura¹. Essa intercambialidade discursiva opera como um silenciamento de distinções conceituais historicamente produzidas e institucionalmente sustentadas.

No interior da arquitetura da pós-graduação brasileira, essa distinção se inscreve de maneira específica. Programas *stricto sensu* com nomenclaturas e arranjos curriculares distintos — ora sob a rubrica do “Ensino na Saúde”, ora sob o signo da “Educação na Saúde” — coexistem no arquivo por meio de arranjos institucionais distintos, ainda que parcialmente sobrepostos. No entanto, essa coexistência denota uma diferenciação por vezes negligenciada: de um lado, proliferam mestrados de natureza profissional com ênfase na racionalidade técnico-operacional da docência e na aplicação de tecnologia pedagógicas²; de outro, persistem programas de orientação acadêmica, ancorados em fundamentos políticos, sociais e críticos da formação em saúde.

Este artigo parte da hipótese de que essa diferenciação, longe de ser apenas uma escolha semântica ou organizacional, é o efeito visível de relações de saber-poder historicamente elaboradas alinhada a uma perspectiva pós-estruturalista³. Nesse sentido, este artigo dialoga diretamente com a tese de Inauã Weirich Ribeiro⁴, que, por meio de uma arqueogenealogia foucaultiana, demonstra como a cisão entre a área de conhecimento em Ensino e a área de conhecimento em Educação é um resultado direto das práticas de governo da CAPES desde a sua fundação. Ribeiro⁴ argumenta que o Ensino emerge como uma prática, estratégia, tecnologia de governo do Estado brasileiro, voltada para a formação de professores e especialistas para as diversas áreas do conhecimento, de forma desvinculada das problematizações próprias do campo da Educação.

Se a criação da área de Ensino é um dispositivo de governamentalidade⁵ que opera sobre a formação de pesquisadores e a pesquisa educacional no Brasil, torna-se relevante questionar como essa mesma

racionalidade se manifesta e produz efeitos no campo específico da saúde. Como a noção de Ensino, frequentemente atrelada à instrução e à transmissão de um saber técnico-científico, opera na formação de sujeitos (profissionais e usuários) e na legitimação de práticas em saúde? De que maneira essa lógica se contrapõe ou se articula com uma noção mais ampla de "Educação em saúde", comprometida com a formação crítica, a autonomia e a transformação das realidades sanitárias?

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é examinar, em chave arqueogenealógica, como a distinção entre "Ensino" e "Educação" opera como prática de governo nas práticas de formação em saúde. Partindo da cartografia da pós-graduação na área e das condições históricas de possibilidade elucidadas por Ribeiro⁴, busca-se problematizar essa separação, evidenciando as disputas e os projetos de formação que nela subjazem.

PERCURSO PROCEDIMENTAL

Esta investigação ancora-se em um procedimento arqueogenealógico foucaultiano⁶⁻⁷, entendido como uma operação analítica que descreve regras de formação de enunciados e problematiza os efeitos de saber-poder implicados na sua emergência, sem recorrer a causas lineares ou essências. O arquivo⁸⁻¹³ é mobilizado como operador de inteligibilidade, lei do dizível e matriz de regularidade discursiva, e não somente como coleção documental.

Foram consultadas as bases da CAPES/Plataforma Sucupira em 28 jun. 2025. A identificação dos programas considerou o código CAPES e o histórico de alterações de nome/área, a fim de evitar duplicidades. Em caso de homonímia, procedeu-se à conferência manual do vínculo institucional e da modalidade (acadêmica/profissional). Os resultados são apresentados como cartografia descritiva dos rótulos programáticos (Ensino/Educação) e de sua associação à modalidade, sem inferências ontológicas.

O *corpus* empírico, portanto, consiste em um recorte sincrônico da Plataforma CAPES, abrangendo exclusivamente programas *stricto sensu* cujos títulos oficiais contenham, explicitamente, as combinações "Ensino" e "Saúde" ou "Educação" e "Saúde" (em quaisquer ordens), nas modalidades acadêmica e profissional; foram excluídos cursos *lato sensu* e programas sem relação explícita com a formação em saúde. A coleta deu-se por busca manual com os descritores "Ensino e saúde" e "Educação e saúde", seguida de triagem pelo título institucional e extração padronizada, em planilha, das variáveis: instituição, modalidade, conceito CAPES e ano de criação.

A análise ocorreu em duas etapas articuladas: (i) cartográfica, descrevendo distribuições e regularidades (especialmente a associação entre rótulos "Ensino/Educação" e modalidade); e (ii) arqueogenealógica, problematizando condições históricas e institucionais de possibilidade dessas regularidades e seus efeitos de governo sobre a condução pedagógica. Destacam-se algumas limitações: semântica dos títulos institucionais; ausência de verificação qualitativa de ementas e práticas cotidianas; caráter sincrônico do recorte. Utilizaram-se somente dados públicos; critérios e descritores estão explicitados para replicação. A inferência sobre racionalidades programáticas a partir de títulos institucionais é aproximativa e demanda validação posterior com ementas e linhas de pesquisa

Quadro - Mapeamento dos Programas de Pós-Graduação em Ensino e Educação na Saúde no Brasil, segundo a CAPES.

Nome do programa	Instituição	Conceito CAPES	Modalidade	Início
Educação para Profissões da Saúde	UNICAMP	-	Acadêmico	2024
Ensino na Saúde e Tecnologias Educacionais	UNICHRISTUS	3	Profissional	2020
Ensino de Ciências e Saúde	UNIAN-SP	3	Acadêmico	2019
Ensino em Saúde	UNILEÃO	3	Profissional	2019
Ensino em Saúde	FICSAE	3	Profissional	2019

Nome do programa	Instituição	Conceito CAPES	Modalidade	Início
Gestão, Trabalho, Educação e Saúde	UFRN	3	Profissional	2019
Inovação no Ensino Superior em Saúde	USCS	3	Profissional	2018
Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente	FADIP	3	Profissional	2017
Ensino em Saúde e Tecnologia	UNCISAL	4	Profissional	2017
Ensino em Ciências e Saúde	UFT	3	Acadêmico	2016
Ensino em Saúde	UNIFENAS	4	Profissional	2016
Ensino nas Ciências da Saúde	FPP	4	Acadêmico	2015
Ensino na Saúde	UFCSPA	4	Profissional	2014
Ensino em Saúde	UEMS	4	Profissional	2014
Ensino em Saúde	CESUPA	3	Profissional	2014
Ensino na Saúde	UFRN	4	Profissional	2013
Ensino na Saúde	UECE	3	Profissional	2012
Ensino na Saúde	UFRGS	4	Profissional	2012
Ensino em Saúde na Amazônia	UEPA	4	Profissional	2012
Ensino em Ciências da Saúde	UNIR	1	Profissional	2012
Saúde e Educação	UNAERP	3	Profissional	2012
Ensino na Saúde: formação docente interdisciplinar para o SUS	UFF	4	Profissional	2011
Ensino na Saúde	UFAL	3	Profissional	2011
Ensino na Saúde	UFG	4	Profissional	2011
Ensino em Saúde	UFVJM	4	Profissional	2011
Ensino em Saúde	FAMEMA	4	Profissional	2011
Educação nas Profissões da Saúde	PUC-SP	4	Acadêmico	2011
Educação para o Ensino na Área de Saúde	FPS	3	Profissional	2011
Educação e Saúde na Infância e Adolescência	UNIFESP	4	Acadêmico	2009
Ensino em Ciências da Saúde e do Ambiente	UNIFOA	5	Profissional	2007
Ensino de Ciências e Saúde	UNIGRANRIO	4	Profissional	2007
Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente	UNIPLI	2	Profissional	2006
Ensino em Ciências da Saúde	UNIFESP	3	Profissional	2003
Ensino em Biociências e Saúde	FIOCRUZ	7	Acadêmico	2003
Educação em Ciências e Saúde	UFRJ	7	Acadêmico	1995

Fonte: autoria própria.

Cartografia de uma distinção anunciada: Ensino Profissional vs. Educação Acadêmica

Sob o rótulo Ensino, contabilizaram-se 27 programas (79%), com predominância da modalidade profissional (23; 85%). Sob o rótulo Educação, identificaram-se 7 programas (21%), majoritariamente acadêmicos (4,57%). Observa-se inflexão a partir de 2011, com incremento na criação de programas rotulados como 'Ensino'. Os padrões descritos expressam uma tendência hegemônica, não uma equivalência necessária entre rótulo e racionalidade programática.

A cartografia dos programas demonstra uma tendência hegemônica robusta: títulos que combinam "Ensino" e "Saúde" aparecem, em sua maioria, vinculados à modalidade profissional; títulos que combinam "Educação" e "Saúde" mostram maior presença na modalidade acadêmica. Essa distribuição é o sintoma de um dispositivo que diferencia um saber-fazer pedagógico instrumental — orientado à otimização de competências, métodos e tecnologias didáticas — de um saber crítico-formativo, voltado à problematização ética, política e epistemológica da formação em saúde. A associação entre "Ensino" e profissionalização, e entre "Educação" e investigação acadêmica, materializa uma tecnologia de governo que organiza o campo e define lugares de fala e de legitimidade para práticas e sujeitos, produzindo efeitos sobre o que pode ser dito, pesquisado e valorizado na formação¹⁰⁻¹¹.

Tal como argumenta Ribeiro⁴, a área de Ensino foi estrategicamente desenhada para "dar conta da formação de professores de outras áreas do conhecimento" (p. 6), funcionando como uma tecnologia para a qualificação de quadros especializados. Nos programas em instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), percebe-se esse dispositivo em plena operação: seu objetivo central é a qualificação da *práxis* docente e preceptora, com uma ênfase deliberada no aprimoramento de competências e na aplicação de tecnologias e metodologias, ainda que, em muitos casos, tal operação se dê em dissociação parcial ou total da reflexão crítica sobre os fundamentos sociais e políticos da formação. O saber privilegiado é de natureza instrumental; trata-se de um saber-fazer, orientado à otimização da prática pedagógica, conformando um sujeito-docente eficiente, ajustado às expectativas normativas e operacionais do sistema de saúde²¹.

Em contrapartida ao dispositivo técnico-gerencial do "Ensino", os programas que se organizam sob o significativo "Educação" emergem no arquivo como um espaço de dissenso, uma contraconduta (entendida, aqui, como práticas de resistência que tensionam as técnicas de governo sem se colocarem fora delas) da racionalidade puramente instrumental²²⁻²³. Esse campo, embora também possua programas de natureza profissional é marcado pela presença e vitalidade de programas acadêmicos consolidados, que funcionam como focos de resistência à despolitização da formação ao reintroduzirem questões epistemológicas, éticas e sociais como centrais no processo educativo²⁴.

O programa de "Educação em Ciências e Saúde" da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundado em 1995, e o programa de "Ensino em Biociências e Saúde" da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) precedem a atual formatação da área de Ensino e representam a continuidade de uma tradição intelectual distinta. Eles carregam o legado da área de Educação das humanidades, que, como aponta Ribeiro⁴, foi deixada com seus "problemas próprios", quais sejam, a problematização dos fundamentos e das interfaces políticas do ato de educar. Nesses espaços, o objetivo não é otimizar a transmissão de um saber, mas, talvez, praticar o que Foucault¹² denominou de crítica: a arte de não ser governado de tal forma, o exercício de questionar as "verdades" estabelecidas, sejam elas do modelo biomédico ou das próprias políticas de formação²⁵. Nesse sentido, a existência de programas de Ensino anteriores ao marco de 2011, como, por exemplo, os da UNIFESP (2009) e UNIFOA (2007), não contradiz a análise. Pelo contrário, sugere que a criação da área específica pela CAPES naquele ano não inaugurou, mas institucionalizou, acelerou e conferiu uma racionalidade própria a uma cisão que já estava em curso, consolidando o Ensino como um campo primariamente técnico e aplicado.

A predominância da modalidade acadêmica, portanto, demonstra a constituição de um campo dedicado a produzir um saber que se volta contra si mesmo para investigar as complexas e indissociáveis relações entre Educação, saúde, sociedade e poder, ainda que, por vezes, esse campo também se veja tensionado pelas exigências contemporâneas de aplicabilidade e produtividade acadêmica²⁴.

Assim, mostra-se não como um arranjo administrativo, mas como uma tecnologia política que produz e legitima uma matriz de saber-poder funcional à racionalidade contemporânea da formação. Trata-se de uma partilha estratégica do dizível e do pensável, em que o poder não reprime ou limita, mas produz as próprias categorias do conhecimento. Nessa lógica, o Ensino é posicionado como o domínio de um saber-fazer²⁶, um conhecimento instrumentalizado e valorizado por sua utilidade e aplicabilidade imediatas, tornando-se, assim, mais facilmente governável — sobretudo por alinhar-se aos critérios de desempenho e à lógica da eficiência presentes nas políticas de avaliação da pós-graduação²⁷.

Em contrapartida, à Educação é delegado o lugar da reflexão e da produção de saberes "fundamentais" — um espaço em que a crítica é permitida, mas também contida e apartada da instrumentalidade técnica. Ainda que existam experiências híbridas que tentem articular criticidade e aplicabilidade, estas permanecem marginais ao discurso hegemônico. Essa separação, portanto, não é um subproduto, mas prática de governo que opera ao produzir sujeitos e saberes funcionalmente distintos para a manutenção e otimização da máquina social.

O “Ensino na Saúde” como dispositivo de governamentalidade

Com seu perfil predominantemente profissional, os programas sob a rubrica “Ensino na Saúde” funcionam como um dispositivo¹¹⁻¹⁶ no sentido foucaultiano. Trata-se de uma maquinaria que articula discursos, normas de avaliação e práticas pedagógicas para responder a uma urgência histórica: qualificar de forma padronizada e mensurável, quadros docentes e preceptores no setor saúde. Ao recentrar a formação na *techné* — o "como fazer" pedagógico —, esse dispositivo governa condutas pedagógicas, alinha-se a métricas de desempenho e tende a neutralizar controvérsias político-epistemológicas, deslocando a crítica para zonas laterais do campo.

Esse dispositivo opera no campo da saúde, onde a “urgência” a ser respondida adquire contornos biopolíticos: a necessidade de gerir a qualidade dos quadros profissionais para otimizar a saúde da população. A resposta do dispositivo a essa urgência não é uma imersão no campo amplo e crítico da Educação, mas a oferta de uma solução técnica e cirúrgica: a qualificação pedagógica instrumental, moldada sob os imperativos de desempenho, produtividade e governabilidade.

Os programas de "Ensino na Saúde" visam, assim, à fabricação de um sujeito específico — o docente-eficiente ou o preceptor-qualificado — por meio de um processo de sujeição. Seu foco na instrumentalização, no domínio de “métodos e técnicas de ensino” e na aplicação de tecnologias educacionais constitui a produção de um saber-fazer, um conhecimento procedural que, ao ser dissociado da problematização de seus próprios fundamentos, torna a prática pedagógica mais previsível, mensurável e funcional à lógica de controle e avaliação institucional.

Governa-se, assim, a própria conduta pedagógica — o ponto estratégico onde o poder intervém para modular a relação entre saber e prática. A meta é garantir a reprodução eficiente de um regime técnico-científico, otimizando a "máquina" formadora de recursos humanos para o sistema de saúde, frequentemente baseado na hierarquização biomédica do saber e na padronização pedagógica. Essa é a noção de governamentalidade, que, como Foucault¹⁷ descreve, opera em uma "historicidade aberta", por meio de um "contínuo aprimoramento".

Em última instância, o dispositivo opera como tecnologia de gestão pedagógica, voltada à conformação de uma população específica — dos docentes da saúde — imperativos de eficiência e controle, um propósito que, como demonstra Ribeiro⁴, está na gênese da própria CAPES desde seus objetivos fundacionais de assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes. Tal racionalidade, ao privilegiar o controle e a padronização, corre o risco de estreitar o horizonte formativo à operacionalização de competências, eclipsando a formação ética, política e reflexiva requerida pela complexidade do cuidado em saúde.

Em um gesto de contraconduta à racionalidade instrumental do dispositivo de Ensino, os programas que se organizam sob o significativo "Educação na Saúde" emergem no arquivo como um espaço de dissenso e problematização. Eles operam como uma "linha de fuga" da lógica puramente técnica, não por negarem a técnica, mas ao se recusarem a tomá-la como um dado natural. Ao deslocar o centro da formação da eficiência para a crítica, tais programas restituem à Educação seu carácter ético e político, resgatando o papel formador da dúvida, do conflito e da autonomia.

Se o dispositivo do Ensino se ocupa da *technê*, o campo da Educação se permite interrogar a própria episteme que sustenta o "por que se faz" em saúde. Seus objetos de estudo, como a Educação Popular, os determinantes sociais e as relações de poder no cuidado funcionam como ferramentas de problematização do regime de verdade biomédico, abrindo espaço para outras formas de saber e de cuidado. Eles deslocam o foco da doença como fato biológico para o processo saúde-doença como concepção histórica e política. O sujeito que esses programas visam produzir não é o docente-eficiente, mas o intelectual-crítico: um profissional que, nos termos de Foucault¹⁸, é um "intelectual específico", capaz de operar a crítica a partir de seu próprio campo de atuação. Essa figura, mais do que um ideal abstrato, materializa-se em práticas pedagógicas que valorizam o diálogo, a escuta, a reflexão e a implicação ética com o território e suas demandas.

Trata-se de formar um sujeito para a *parrhesia*¹⁹, a coragem de dizer a verdade, de problematizar os saberes estabelecidos e de compreender a Educação não como transmissão, mas como um ato político e uma prática de liberdade — especialmente relevante em contextos de formação para o Sistema Único de Saúde (SUS), em que a autonomia crítica do profissional é condição para o enfrentamento das desigualdades no cuidado. Curiosamente, a própria literatura sobre o "Desenvolvimento Docente" reflete essa tensão. Furtado e Zaganel²⁰ evidenciam que, embora o objetivo seja a aquisição de novas habilidades e tecnologias, o processo também visa tornar os docentes "indivíduos mais crítico-reflexivos". Essa dualidade demonstra a complexidade do dispositivo: ele opera sob uma lógica de eficiência técnica, mas precisa se legitimar por meio de um discurso de criticidade e reflexão, que é o capital simbólico do campo da Educação. Essa apropriação estratégica da linguagem da crítica, sem alterar a lógica subjacente do rendimento, demonstra o quanto os limites entre técnica e reflexão podem ser capturados, tensionados e reconfigurados no interior do próprio dispositivo.

Essa distinta vocação para a crítica reverbera o que a genealogia de Ribeiro⁴ demonstra: a Área de Educação foi "deixada com seus 'problemas próprios' no seio das Humanidades" (p. 149), enquanto a Área de Ensino assumiu um caráter multidisciplinar e aplicado. Tal divisão implica, na prática, a delimitação do lugar possível da crítica na formação em saúde — um lugar autorizado, mas lateral, ao qual não se concede o protagonismo da formação técnica dominante. Essa partilha histórica, longe de ser um demérito, funcionou como condição de possibilidade para preservação de um espaço intelectual menos capturado — embora não imune — pela lógica da performance e da aplicação imediata.

Os programas de "Educação na Saúde" carregam, portanto, esse legado humanista, que se traduz em uma insistência ética e política: a de que a formação em saúde, para não se tornar uma mera técnica sobre corpos-objetos, não pode ser desvinculada de uma ontologia crítica de nós mesmos, ou seja, de suas indissociáveis dimensões filosóficas, sociais e políticas. Preservar essa ontologia crítica, no entanto, exige tensionar constantemente os mecanismos institucionais que operam a captura da Educação pela lógica da mensurabilidade e do desempenho. Trata-se de uma racionalidade operativa com fricções e margens; o dispositivo não esgota a diversidade de práticas, mas as redistribui sob critérios de utilidade e evidência.

(IN)CONCLUSÕES FINAIS

O mapeamento demonstrou que a distinção entre "Ensino na Saúde" e "Educação na Saúde" é efeito de governo: organiza modalidades, regula objetos e estabiliza formas de legitimação do conhecimento. A associação entre Ensino e profissionalização produz sujeitos orientados à competência e ao rendimento; a associação entre Educação e academicidade preserva espaços de problematização, porém com baixa interferência na lógica técnico-avaliativa hegemônica. A consequência é uma partilha que fragiliza a coimplicação entre técnica e crítica, convertendo-as em polos que pouco se atravessam. Por outro lado, persistiu um campo de "Educação na Saúde", de caráter predominantemente acadêmico, herdeiro das tradições críticas das Humanidades e focado na problematização dos fundamentos sociais e políticos do processo saúde-doença-cuidado; embora, em muitos casos, essa crítica permaneça circunscrita a espaços laterais da formação, sem impactar diretamente a lógica hegemônica de avaliação e desempenho. A institucionalização da Área de Ensino em 2011 cristalizou essa partilha. Ao fazê-lo, consolidou um dispositivo para a formação de especialistas e, ao mesmo tempo em que confinou a Educação aos seus "problemas próprios", criou-se um espaço que, embora crítico, foi apartado politicamente da lógica técnica dominante.

Os títulos programáticos (Ensino/Educação) são indicadores institucionais contingentes. A leitura aqui é arqueogenealógica — voltada às condições de emergência e aos efeitos de verdade — e não ontológica. A tendência identificada convive com contraexemplos observados na cartografia; tais casos não invalidam o argumento, mas qualificam seu alcance, evidenciando zonas de indiscernibilidade e arranjos híbridos produzidos pelo mesmo dispositivo.

Superar a aparente “confusão” entre Ensino e Educação na saúde, portanto, não exige somente um ajuste na noção, mas o exercício político de problematizar essa fronteira, reconhecendo-a como uma tecnologia de poder que produz sujeitos, legitima saberes e, em última instância, governa a formação. Ao problematizar a gênese governamental dessa fronteira, pretende-se ampliar o campo da inquietação sobre os limites atuais da formação em saúde. O desafio que permanece transcende a esfera curricular; ele é ético e político. E talvez só a partir desse tensionamento crítico seja possível imaginar novas formas de ensinar e cuidar que não reproduzam a divisão entre técnica e emancipação, mas as pensem em coimplicação, como dimensão indissociável do ato de formar.

AGRADECIMENTOS

O presente artigo foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, através da concessão de bolsa de estudo de Doutorado.

REFERÊNCIAS

1. Marques S, Oliveira T. Educação, Ensino e Docência: Reflexões e Perspectivas. Reflexão e Ação [Internet]. 2016 [citado 28 jun. 2025]; 24(3): 189-211. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7346>
2. Moreira MA. O mestrado (profissional) em ensino. Revista Brasileira de Pós-Graduação [Internet]. 2011 [citado 28 jun. 2025]; 1(1): 131-42. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/26>.
3. Ferreirinha IMN, Raitz TR. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Rev. Adm. Pública [Internet]. 2010 [citado 28 jun. 2025]; 44(2): 367-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?lang=pt>
4. Ribeiro IW. Área de Ensino em Arquivo: práticas de governo da CAPES-Brasil. [Internet] Tese (Doutorado em Ensino). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado-RS, 2024. [citado 28 jun. 2025]. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/caac1834-c2b4-4adb-b302-a0a3e0d1de77/full>
5. Barros C. A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. Existência e Arte – Revista Eletrônica do Grupo PET [Internet]. 2020 [citado 28 jun. 2025]; 11: 5-18. Disponível em: https://ufsj.edu.br/existenciaearte/11_edicao.php
6. Costa RC, Pinto FV. A Abordagem arqueogenealógica foucaultiana como suporte Metodológico na Pesquisa Educacional. Debates em Educação [Internet]. 2022 [citado 28 jun. 2025]; 14(35): 395–411. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12696>.
7. Vinci CFRG. O pensamento Pós-Estruturalista na Pesquisa Educacional Brasileira: Um possível itinerário. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação [Internet]. 2017 [citado 28 jun. 2025]; 27: 42-58. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4877>
8. Aquino JG, Val GM. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. Pedagogía y Saberes [Internet]. 2018 [citado 28 jun. 2025]; 49: 41-53. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pys/n49/0121-2494-pys-49-00041.pdf>
9. Munhoz AV, Ribeiro IW. A pesquisa arquivística e o gesto problematizador em Foucault. Acta Sci. Educ [Internet]. 2023 [citado 28 jun. de 2025]; 45(1):e66370. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/66370>
10. Ferreira MS, Traversini CS. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. Educ. Real. [Internet]. 2013 [citado 28 jun. 2025]; 38(1): 207-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DwpK4HtPqRSk3Rg3pDQCdwH/>
11. Marcello FA. O Conceito de Dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. Educação & Realidade [Internet]. 2004 [citado 28 jun. 2025]; 29(1): 199-213. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25426>
12. Foucault M. Qu'est-ce que la Critique?. Paris: Bulletin de la Société Française de Philosophie; 1990.
13. Foucault M. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2013.
14. Collier SJ. Topologias de poder - a análise de Foucault sobre o governo político para além da "governamentalidade". Rev. Bras. Ciênc. Polít. [Internet]. 2011 [citado 25 jun. 2025]; 5: 245-84. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/v3FYnZDxxhm5s3CHRSWScXr/>

15. Biesta G. A (Re)Descoberta do Ensino. São Carlos: Pedro & João Editores; 2020.
16. Foucault M. O jogo de Michel Foucault. In: Motta MB, org. Ética, sexualidade, política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2006. p. 286-311.
17. Foucault M. Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes; 2023.
18. Foucault M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal; 2013.
19. Wellausen S. Michel Foucault: parrhésia e cinismo. Rev. Sociol. USP. [Internet]. 1996 [citado 28 jun. 2025]. 8(1): 113-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/48SYmmFnGhfM78XVByGSS5b/?format=html&lang=pt>
20. Furtado CTM, Zagonel IPS. O processo de desenvolvimento docente no ensino superior da área de saúde: revisão integrativa. Espac. Saude [Internet]. 2021 [citado 28 jun. 2025]; 22: e724. Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/724/619>
21. Torres AR, Salces CD, Almeida MI, Kassis RN. Trabalho e trabalho docente sob a égide do neoliberalismo. Rev. Eletr. Pesquiseduca [Internet]. 2023 [citado 28 jun. 2025]; 14(36): 1044-61. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1395>
22. Ribeiro RJ. O mestrado profissional na política atual da Capes. Revista Brasileira de Pós-Graduação [Internet]. 2005 [citado 28 jun. 2025]; 2(4): 08-15. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72>
23. Ribeiro RJ. Ainda sobre o mestrado profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação [Internet]. 2006 [citado 28 jun. 2025]; 3(6): 313-5. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/113>
24. Maurense VS. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. Interface [Internet]. 2019 [citado 28 jun. 2025]; 23: e180734. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Nh5gRFbPMDbk9FJqVv75GCC/>
25. Henning PC, Ferraro JL. A relação Escola-Estado: provocações de Nietzsche e Foucault para pensarmos nossa atualidade. Educ. rev [Internet]. 2022 [citado 28 jun. 2025]; 38: e22033. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/bGkYGfpxDGpM5pNWY9gm36y/>
26. Gomes AMA, Albuquerque CM, Catrib AMF, Silva RM, Nations MK, Albuquerque MF. Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teórica e prática. Educ. rev. [Internet]. 2006 [citado 28 jun. 2025]; 28: 231-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cGmN7Wyl7hP5DzCh6ZWYJCr/>
27. Leal LTA. Docência e pós-graduação Stricto Sensu: Neoliberalismo e Processos de Subjetivação. [Internet] Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul-RS, 2023. [citado 28 jun. 2025] 78p. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3701>

